



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 179

*Aprova
o
relatório
definido
na
Lei
Complementar
nº
101/2000
e
dá
outras
providências.*

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2015 a abril de 2016.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 301/STN/MF, de 18 de maio de 2016, da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002 e do Ato Normativo nº 89/STM, de 28 de maio de 2014, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS**, **MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 27/05/2016, às 14:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0291933** e o código CRC **23D6A18A**.

0291933v5

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SEPLA/SEPLA/CPROC

ANEXO Nº I - ATO NORMATIVO 179

UNIAO - PODER JUDICIARIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIAO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	369.407.307,75	3.528.802,72	372.936.110,47
Pessoal Ativo	182.338.086,34	3.068.788,80	185.406.875,14
Pessoal Inativo e Pensionistas	187.069.221,41	460.013,92	187.529.235,33
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	160.361.242,27	11.653,10	160.372.895,37
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	12.032,93	0,00	12.032,93
Despesas de Exercícios Anteriores	864.043,11	0,00	864.043,11
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	159.485.166,23	11.653,10	159.496.819,33
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	209.046.065,48	3.517.149,62	212.563.215,10

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.647.763,34		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,029845%	0,000502%	0,030347%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	564.385.444,82		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	536.166.172,58		
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	507.946.900,34		

FONTE: Siasf 2015 e 2016.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3) Do valor de R\$ 3.457.029,52 de Despesas de Exercícios Anteriores, R\$ 1.513.227,74 liquidadas com fonte 169 integram Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados. Conforme Siasf, as Despesas de Exercícios Anteriores com fonte não vinculada corresponde a R\$ 1.943.801,78, mas considerando valores fora da competência dos últimos 12 meses informados pela Seção de Análise de Registro de Pessoal encontra-se R\$ 864.043,11.

4) Do valor de R\$ 84.548,80 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial apurados no período, R\$ 72.515,87 se referem a despesas com Inativos e Pensionistas que foram pagas com recursos vinculados à fonte 169; portanto integram a linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA

Secretário de Controle Interno

IVO ROMERO DA SILVA

AFONSO IVAN MACHADO

Diretor-Geral no exercício da titularidade

Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

Ministro - Presidente



Documento assinado eletronicamente por **IVO ROMERO DA SILVA, SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, em exercício**, em 27/05/2016, às 13:23 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 27/05/2016, às 14:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AFONSO IVAN MACHADO, DIRETOR-GERAL, em exercício**, em 27/05/2016, às 14:04 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 27/05/2016, às 14:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0292235** e o código CRC **23D4F553**.

0292235v7